Editorial

Pioneirismo no acesso ao Ensino Superior

A Lei de Diretrizes e Bases, muito acertadamente, deu às instituições de ensino superior autonomia para decidirem sobre novas formas de acesso aos seus cursos em substituição ao tradicional vestibular, que, como já está provado, não é a única ou a melhor forma de avaliar onze anos de escolaridade pregressa e de predizer sucesso acadêmico na universidade.

A Fundação Cesgranrio, já em 1985, se antecipando à LDB, propôs o Sistema de Avaliação Progressiva para o Ingresso no Ensino Superior (SAPIENS) como forma alternativa de ingresso no ensino superior, e obteve aprovação do MEC, em 1990, como projeto experimental, a ser executado no Estado do Rio de Janeiro.

O SAPIENS se constituía de avaliações progressivas durante os três anos do então Segundo Grau - hoje denominado Ensino Médio - que consistiam em uma alternativa ao concurso vestibular tradicional, único e estressante, valorizando adequadamente o desempenho do aluno ao longo de seus estudos secundários e possibilitando o seu contínuo acompanhamento nas diferentes disciplinas, com diagnóstico efetivo e recuperações eventualmente necessárias.

O sistema SAPIENS, tal como foi concebido, baseava- se nos seguintes pressupostos:

a) valorização da avaliação continuada e da devolução dos resultados como instrumento essencial à melhoria de aprendizagem;

b) respeito à liberdade de ensino das escolas de grau médio (o SAPIENS não interferia na vida acadêmica das escolas, bem como só participava do SAPIENS a escola que desejasse. As escolas interessadas se credenciavam sem ônus, junto à Fundação Cesgranrio para participar do Projeto e, ainda, dentro de uma mesma escola, só participavam do projeto os alunos que assim o decidissem);

c) respeito à autonomia das Instituições de Ensino Superior;

d) realização de uma avaliação externa que, somada às avaliações internas da instituição, fosse considerada como contribuição importante no fornecimento de insumos para análise e revisão de currículos, dos procedimentos acadêmicos e da própria gestão das escolas de Ensino Médio;

e) valorização do profissional da educação, por considerá-lo peça-chave na melhoria da qualidade do ensino;

f) preservação da homogeneidade de critérios de avaliação frente à diversidade de perfis desejados pelas Instituições de Ensino Superior.

Cabem aqui algumas considerações conceituais. Avaliar é um momento inevitável de qualquer atividade humana. Se adequadamente vivenciado, pode promover sucesso; se inadequadamente, pode gerar o fracasso. Se a falta de avaliação é grave, igualmente prejudicial é a sua inadequação. Da mesma forma que a carência de avaliação, o não uso dos seus resultados leva ao fracasso do papel de mostrar caminhos que mereçam ser seguidos.

Não resta dúvida de que as pessoas, em todas as áreas de realização individual ou social, estão continuamente fazendo escolhas ou tomando decisões e isto é inconcebível sem o julgamento das opções que se apresentam. O ponto crucial do processo avaliativo é assegurar a qualidade desse julgamento, cujas conseqüências podem representar avanço, retrocesso ou estagnação no desenvolvimento do foco de avaliação, seja ela uma atividade, um programa, um projeto, um curso, uma instituição, um sistema, ou principalmente o próprio ser humano, do ponto de vista de sua

aprendizagem. Assim, é pressuposto essencial da avaliação que ela só cumpre seu papel primordial quando contribui para o aperfeiçoamento de seu foco de análise.

O que está implícito nessas considerações é o reconhecimento da prioridade que convém ser dada à reflexão sobre o significado da avaliação e de suas implicações humano- sociais, em lugar da preocupação excessiva com métodos e técnicas. Entretanto, vale ressaltar que a inadequação de metodologias na obtenção de informações pode prejudicar severamente os melhores propósitos, sobretudo se não se admitem a priori as limitações que, freqüentemente acompanham a coleta de dados. De qualquer forma, o ponto crucial do processo avaliativo é questionar-se se vale a pena realizá-lo e isso depende dos benefícios que possam ser trazidos a curto, médio ou longo prazo. E, nesse processo, é imprescindível que estejam envolvidas tanto as pessoas responsáveis pela sua execução, como aquelas que, como foco da análise, devem refletir sobre seus resultados e suas recomendações (Stecher e Davis, 1987).

A avaliação, ao buscar suas próprias características e seu significado em concepções teóricas mais atualizadas, não perde a sintonia com as transformações sociais mais significativas e exigentes. E, nesse sentido, vai além da ciência, porque envolve os aspectos humanos, sociais, culturais e contextuais, numa perspectiva democrática, onde as preocupações e as indagações de todos os envolvidos são levadas em consideração. Com tal entendimento, ela poderá ser útil, viável, bem conduzida e apropriada (Guba e Lincoln, 1989).

Assim, no que se refere à utilidade, o que se enfatiza é que o processo, em sua totalidade, deve ser útil a todos os envolvidos, ou seja, os que encomendam, os que participam, os que irão se beneficiar direta ou indiretamente de seus resultados. Se assim não for, melhor que não se faça a avaliação. Com respeito à exatidão, seria o mesmo que dizer, corretamente conduzida, o melhor possível, com instrumentos adequados, sintonizados com a informação que se quer obter e com a respectiva fonte, assegurando-lhe uma clara comunicação entre os envolvidos. Finalmente, no que se refere à ética, é essencial que a avaliação se realize se for apropriado fazê-la, ou seja, se for justa, se não ferir valores, se for justificada com a necessária transparência e com o devido respeito entre os que dela participam.

Mais concretamente, a avaliação é concebida como um processo que procura compreender e julgar o mérito e a relevância de um fenômeno, um curso de ação, um programa, um projeto. Mérito, no que se refere à qualidade do projeto e que consiste essencialmente nas condições para alcançar seus propósitos; relevância, no que se refere a esse alcance de propósitos, aos resultados; é o impacto mesmo do projeto, nas suas implicações de maior dimensão.

Numa abordagem mais contemporânea, em linha com a evolução do conceito de avaliação, é preciso levantar as questões avaliativas "responsivamente", ou seja, ouvindo e respeitando as legítimas preocupações dos envolvidos e interessados, facilitando mecanismos de co-participação tanto na escolha de questões como de procedimentos e interpretações de resultados (Stake, 1975). Interessados e envolvidos devem ser amplamente informados sobre o sentido e finalidade do projeto em questão, utilizando-se para isso linguagem apropriada às várias instâncias de poder e execução. As preocupações, as indagações e os interesses de cada grupo ou representação de envolvido devem ser captados para se assegurar uma avaliação que seja sensível aos aspectos de mérito e relevância em cada situação.

O essencial, em avaliação, não está na forma do seu questionamento, mas na relevância da informação obtida. Quando a avaliação é conduzida como um componente integrado a um curso de ação, incorporando suas peculiaridades e refletindo suas reais indagações, não se pode dizer que as decisões são tomadas, elas emergem naturalmente.

O momento é mais para inovar em avaliação do que reproduzir tradicionais modelos que, embora valiosos em sua época, hoje perderam sua relevância por não responderem mais à proliferação de questões complexas que a sociedade de hoje e particularmente a educação - nosso objetivo principal de enfoque - vem levantando desafiadoramente. Tais modelos têm servido, porém, como impulsionadores para sempre de novas concepções na trajetória da avaliação - um campo relativamente novo de conhecimento e cuja principal direção deve ser o aperfeiçoamento de seu objeto de atenção.

Qualquer instituição, para melhor servir às necessidades de seus integrantes - e aqui se inclui precipuamente a educação - precisa crescer na busca constante de responder às grandes exigências de uma sociedade em mudança. Para esse desafio, é imprescindível assegurar um processo contínuo de aperfeiçoamento, que lhe permita iluminar as direções mais condizentes com suas responsabilidades inadiáveis de aperfeiçoamento na prestação de serviços. Este processo, por certo, estuda criteriosamente as necessidades dos interessados, acompanha de perto a contribuição que pretende estar oferecendo e verifica seus resultados a curto, médio e a longo prazo, contribuindo para melhoria da qualidade de ensino e do próprio processo avaliativo, através de fornecimento de informações que auxiliarão o planejamento das atividades acadêmicas de cada escola.

O SAPIENS desenvolveu algumas atividades para apoiar e valorizar a atuação dos profissionais de educação por considerá-los elementos essenciais no processo ensino-aprendizagem.

Operacionalmente, as Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro foram, àquela altura, sendo convidadas a participar do projeto, mediante fornecimento de um percentual de vagas, de até 30%, para serem preenchidas pelo SAPIENS, a partir de 1995.

A adesão das instituições foi voluntária e se formalizou mediante convênio precedido de troca de correspondência entre as partes, na qual suas direções fixavam o percentual de vagas, por curso, colocadas à disposição do Projeto. As escolas que desejaram participar do projeto formalizaram seu credenciamento, mediante a assinatura de um Convênio Padrão que definia as responsabilidades entre as partes.

Devido à sua estratégia gradual e progressiva, na fase de implantação, somente puderam ingressar no SAPIENS alunos matriculados, a cada ano, na primeira série do então Segundo Grau de ensino, nas escolas credenciadas. Em 1992, participavam do projeto somente alunos da 1ª série, em 1993 estes alunos já estavam na 2ª série e ingressaram novos contingentes de candidatos da 1ª série; e em 1994 completou-se o 1º ciclo, com candidatos matriculados nas três séries. Em 1995, ocorreu o primeiro ingresso no ensino superior daqueles alunos que em 1992 ingressaram, como grupo pioneiro, no sistema.

O SAPIENS, como projeto de inovação, com características de experimento, esteve sujeito a um duplo processo de acompanhamento e avaliação: um interno e outro externo. Internamente, fez-se um follow up de todas as etapas do projeto, buscando-se a identificação precoce de desvios e sua pronta correção, bem como a possibilidade de, numa administração pró-ativa, introduzirem-se mudanças que viessem a facilitar a obtenção dos fins desejados. A ênfase deste procedimento estava no julgamento do mérito, tendo em vista a qualidade do projeto em si. Este acompanhamento interno foi um dos mais importantes instrumentos de gestão do projeto. Além disso, verificaram-se os resultados que foram sendo alcançados pelo Projeto, em relação à aprendizagem dos alunos, à melhoria do ensino, e de um modo geral, às conquistas evidenciadas pelos participantes do projeto, na escola e na Fundação Cesgranrio. A ênfase deste procedimento estava no julgamento da relevância.

Mesmo consciente de que o SAPIENS não resolveu todos os problemas de ingresso no ensino superior e nem a problemática social às portas da universidade, foi possível concluir que o Sistema

apresentou as seguintes vantagens em relação ao Vestibular tradicional:

01. permitiu ao aluno corrigir, ao longo dos estudos de segundo grau, as dificuldades encontradas na sua escolaridade;
02. forneceu ao aluno condições de acompanhar seu progresso na aprendizagem em relação a seus colegas da própria escola ou de outras do sistema, transformando-o em agente de sua própria formação e ampliando o universo de suas aptidões intelectuais;
03. diluiu a tensão do episódio "concurso vestibular", que funcionava como fator psicológico adverso, na medida que o sistema valorizou todo o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo aluno;
04. permitiu a verificação de maior número de atributos, o que trouxe maior significado à avaliação;
05. abriu espaço para a formulação de objetivos mais expressivos e significativos, que valorizaram o papel formador da escola;
06. permitiu maior flexibilidade para que cada Instituição de Ensino Superior pudesse fixar, de acordo com suas peculiaridades e especificidades, as exigências e ponderações que julgasse convenientes para configurar o perfil do aluno por ela desejado;
07. preservou a homogeneidade de avaliação, respeitando a diversidade de perfis desejados pelas Instituições de Ensino Superior;
08. não interferiu na vida acadêmica da escola de Segundo Grau, pois sua sistemática previu livre opção do aluno e avaliações em módulos de acordo com o programa desenvolvido pela escola;
09. possibilitou a instituição de um programa básico consensual e de avaliações homogêneas, única forma capaz de permitir com maior segurança a comparabilidade entre os resultados das avaliações;
10. ofereceu mecanismos de estímulo e apoio ao trabalho docente;
11. permitiu a avaliação do projeto por todos os tipos de instituições de ensino público e privado envolvidos, bem como por representação estudantil do Segundo Grau de ensino;
12. forneceu, ao planejamento global de educação de Segundo Grau de uma determinada região, um volume de dados acadêmicos, os quais foram capazes de permitir às autoridades educacionais um retrato mais fidedigno da realidade do sistema escolar.

O SAPIENS emerge hoje, portanto, como uma possível resposta a questões fundamentais tais como: Qual avaliação será capaz de captar toda a gama de potencialidades dos jovens? Estamos utilizando plenamente nossas próprias inteligências para entender aquelas de nossos alunos? Estamos avaliando verdadeiramente? Estamos, de fato, inovando? Avançando na direção do terceiro milênio?

Esta bem sucedida experiência recebeu apoio das escolas particulares do então Primeiro e Segundo Graus e das universidades particulares. Em 1999, a Fundação Cesgranrio pretende ver incluídas no SAPIENS a rede pública de Ensino Fundamental e Médio do Estado do Rio de Janeiro e, pelo menos, algumas universidades públicas junto às universidades particulares. Seria, então o momento de comprovar sua tese de que, por intermédio desse novo processo, estudantes pobres do Ensino Básico finalmente poderão ingressar, por seus méritos aferidos pelo SAPIENS, no Ensino Superior público e gratuito.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira